



# SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

18/10/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

## Saiba como pedir revisão de aposentadoria concedida de 88 a 91

Quem se aposentou pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) entre 5 de outubro de 1988 e 5 de abril de 1991 e teve seu benefício limitado ao teto da época pode ter direito a uma revisão do valor recebido.

Esse período é conhecido como buraco negro. Nessa época, em que o país sofria com a hiperinflação, as correções de benefícios e de salários de contribuição tiveram falhas, o que diminuiu a renda de quem se aposentou. A incorreção também atinge pensões derivadas de benefícios da época.

Em 2010, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu que a revisão do teto era devida aos segurados que foram prejudicados pelo INSS, mas deixou de fora os aposentados entre 88 e 91. Em 2017, os ministros incluíram também quem se aposentou no período do buraco negro. Porém, apesar de ser um direito, é “praticamente inviável” que a correção seja liberada administrativamente, segundo a advogada Joseane Zanardi Parodi, do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário).

O advogado João Badari, do escritório Aith, Badari e Luchin, orienta o segurado que se aposentou entre 1988 e 1991 que procure um especialista para analisar o caso e verificar se tem direito à correção.

Badari explica que, diferentemente dos processos previdenciários comuns, a revisão do buraco negro não está limitada aos dez anos anteriores à data de concessão do benefício pois não se trata simplesmente de um erro de cálculo. O segurado que tiver a revisão aprovada terá direito a receber os atrasados dos cinco anos antes do pedido mais o tempo que durar o processo.

Quem se aposentou durante o período do buraco negro e acha que pode ter direito à revisão terá de procurar um especialista para fazer os cálculos.

Segundo especialistas, é improvável que o segurado tenha êxito ao fazer essa solicitação no âmbito administrativo, ou seja, ao próprio INSS.

Saiba mais em: [agora.folha.uol.com.br](http://agora.folha.uol.com.br), domingo 17 de outubro.

## Com energia, gás e alimentos, pobres sentem 20% mais inflação do que ricos

A alta no custo da energia elétrica, do gás de botijão e dos alimentos fez a inflação dos brasileiros mais pobres encerrar o mês de setembro 20% maior que a dos mais ricos, segundo dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda registrou uma aceleração da pressão inflacionária na passagem de agosto para setembro em todas as faixas de renda. No entanto, o aumento de custos foi maior entre as famílias mais pobres, com renda domiciliar inferior a R\$ 1.808,79 mensais: a variação dos preços passou de alta de 0,91% em agosto para elevação de 1,30% em setembro.

No caso das famílias de baixa renda, além dos aumentos nos preços dos alimentos no domicílio - carnes (24,9%), aves e ovos (26,3%) e leite e derivados (9,0%) -, os reajustes de 28,8% da energia e de 34,7% do gás de botijão explicam grande parte da alta inflacionária em doze meses. Já para as famílias de renda mais elevada, a inflação acumulada no período sobretudo, as variações de 42,0% dos combustíveis, de 56,8% das passagens aéreas, de 14,1% dos transportes por aplicativo e de 12,1% dos aparelhos eletroeletrônicos", observou Lameiras, no estudo.

Saiba mais em: *A Tribuna*, sábado 16 de outubro.

## **Inflação para mais pobres encosta em 11% no acumulado de 12 meses**

A inflação acelerou em setembro e voltou a atingir com maior força o bolso dos mais pobres no Brasil, aponta estudo divulgado nesta sexta-feira (15) pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

A situação preocupa porque essa camada tem menos condições financeiras para lidar com a carestia de itens básicos para o dia a dia. Entre eles, estão alimentos, energia elétrica e gás de cozinha.

Em setembro, a inflação para as famílias com renda considerada muito baixa chegou a 1,30%, o maior avanço entre as faixas pesquisadas. O grupo é formado por brasileiros cujo rendimento domiciliar fica abaixo de R\$ 1.808,79 por mês.

“O cenário é desconfortável para todo mundo, mas é mais danoso para os mais pobres”, define Maria Andreia Parente Lameiras, técnica de planejamento e pesquisa do Ipea.

Com orçamento bem mais restrito, os mais pobres acabam direcionando seu dinheiro especialmente para despesas como alimentação em casa, energia elétrica, gás de cozinha e aluguel.

Ao longo da pandemia, esses itens ficaram mais caros, o que ajuda a entender a escalada inflacionária maior entre as famílias com renda inferior.

“É um cenário muito pior do que o imaginado inicialmente”, diz Maria Andreia.

**Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 16 de outubro.**

## **Falta de luz, internet e computador impede que 7 milhões façam trabalho remoto**

Mais de 7 milhões de brasileiros têm empregos que poderiam ser realizados virtualmente, mas, por falta de uma infraestrutura mínima em suas casas, não conseguem trabalhar de forma remota.

Esse contingente representa 7,8% da população ocupada (dados de 2019). São trabalhadores em áreas como pesquisa, administração, tecnologia e magistério que não contam com serviços como acesso contínuo a energia elétrica e internet em suas residências e, muitas vezes, não têm um computador.

A existência de uma parcela tão significativa da mão de obra brasileira nessa situação faz com que o potencial de trabalho remoto do Brasil seja de apenas 17,8%.

Esse percentual — estimado em um estudo inédito dos economistas Fernando de Holanda Barbosa Filho, Fernando Veloso e Paulo Peruchetti, do FGV Ibre — é menos do que a metade dos 37% estimados para os Estados Unidos.

**Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 18 de outubro.**

## **Falta de fertilizantes complica plantio e sinaliza mais inflação na mesa em 2022**

O produtor Emilio Kenji Okamura, de Capão Bonito, município do sudoeste de São Paulo, já comprou o fertilizante que usará para o plantio do milho em fevereiro. “Como está se falando muito em possível falta, decidi antecipar, mas paguei caro”, conta. Para muitos produtores, a crise na oferta dos fertilizantes para a segunda safra de milho, a “safrinha”, a ser semeada entre janeiro e março no Centro-Sul do País, já é real. O impacto não ficará restrito ao campo: deve bater no prato do brasileiro e na inflação.

O problema é que o Brasil depende das importações de insumos, como fosfato, cloreto de potássio e ureia, por exemplo. De janeiro a julho, dos 23,8 milhões de toneladas de fertilizantes entregues aos agricultores, 20 milhões de toneladas foram de produtos importados e 3,8 milhões de toneladas produzidas nacionalmente, segundo a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda).

E o cenário internacional de suprimentos é desfavorável. Com a retomada das economias, as compras de fertilizantes aumentaram, puxadas pela alta das commodities agrícolas (matérias-primas cotadas em dólar). Somado a isso, há restrições na oferta dos insumos.

**Saiba mais em: A Tribuna, domingo 17 de outubro.**